

CONSÓRCIO SETENTRIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOÍAS

Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

Cássia Batista Andrade Cambuí

PERFIL DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL DONA TORINHA E  
COLÉGIO ESTADUAL PADRE BAZZON DE LUZIÂNIA - GO

Brasília

2012

Cássia Batista Andrade Cambuí

PERFIL DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL DONA TORINHA E  
COLÉGIO ESTADUAL PADRE BAZZON DE LUZIÂNIA - GO

Monografia apresentada, como exigência  
parcial para a obtenção do grau de  
Licenciatura em Biologia, na Universidade  
de Brasília, sob a orientação da Prof.MSc.,  
Karina Cunha dos Santos.

Brasília

2012

Cássia Batista Andrade Cambuí

PERFIL DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL DONA TORINHA E  
COLÉGIO ESTADUAL PADRE BAZZON DE LUZIÂNIA - GO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em Biologia da Universidade de Brasília.

**Aprovado em dia de mês de ano.**

---

Prof. MSc. Karina Cunha dos Santos  
Universidade de Brasília  
Orientadora

---

Prof. Gabriela Rodrigues de Toledo Costa  
Universidade de Brasília  
Avaliadora

---

Prof. Dr. Lenise Garcia  
Universidade de Brasília  
Avaliadora

Brasília

2012

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus que é quem continuamente dirige meus passos

A meus pais, que sempre me incentivaram a prosseguir e progredir em minha vida escolar com muito amor e carinho.

A meu digníssimo esposo e meus filhos pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos, pelo apoio e compreensão.

Aos professores e tutores pelo conhecimento e dedicação.

A todos que, direta ou indiretamente contribuíram, para a realização deste trabalho.

*“O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário.”*

Albert Einstein

## RESUMO

CAMBUÍ, Cássia B.A. Perfil Dos Alunos Portadores De Necessidades Educacionais Especiais No Colégio Estadual Dona Torinha E Colégio Estadual Padre Bazzon De Luziânia - Go. Data da aprovação. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia da Universidade de Brasília.

As necessidades educacionais especiais constituem um verdadeiro impasse devido a complexidade de se conceituar tal termo, já que este apresenta grande número de abordagens. O desenvolvimento deste trabalho pressupõe uma análise do processo educacional dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como a compreensão das barreiras que dificultam o trabalho docente daqueles que atuam com esse público específico em duas escolas públicas do município de Luziânia-GO, especialmente em relação ao desenvolvimento da aprendizagem. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar o perfil dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, no Colégio Estadual Dona Torinha e no Colégio Estadual Padre Bazon, no município de Luziânia-GO. Os indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais, historicamente vistos como doentes e incapazes, sendo alvos da caridade popular e da assistência social. Porém, toda pessoa tem o direito fundamental a educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Os currículos devem ser adaptados as necessidades dos alunos e não o inverso. A partir da LDB nº 4.024/61, a política nacional de educação surge a recomendação de integrar no sistema geral de ensino a educação de excepcionais, como eram chamados na época, as pessoas deficientes. O desconhecimento e a falta de informações acerca das necessidades educacionais especiais, ainda nos dias atuais, infelizmente, geram visões distorcidas a respeito dessas deficiências, o que associado ao preconceito e à falta de recursos adequados para um efetivo trabalho especializado. Dessa forma, é importante compreender o que vem a ser o atendimento especializado, aos alunos com necessidades educacionais especiais, que assim como outros tipos de deficiência requerem algum tipo de recursos pedagógicos ou metodologias didáticas específicos, que, no entanto não podem limitar-se às atividades curriculares. O presente trabalho se desenvolve por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativo, enfatizando a descrição do fenômeno da educação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, visando compreender o processo segundo o qual se desenvolve o ensino especial em duas escolas da rede estadual do município de Luziânia.

**Palavras chave:** Inclusão, necessidades educacionais especiais, aprendizagem.

Palavras-chave: inclusão, necessidades educacionais especiais, deficiência mental.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
1.1. Objetivo Geral .....	9
1.2. Objetivos Específicos .....	9
1.3. Justificativa .....	10
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	11
2.1. A Inclusão Escolar e a Legislação .....	12
2.2. O Atendimento ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais .....	16
3. METODOLOGIA .....	20
3.1 Tipo de Pesquisa .....	20
3.2 Procedimento de Coleta .....	20
3.2.1 Instrumentos .....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	22
CONCLUSÃO .....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	30
ANEXO .....	32

## 1. INTRODUÇÃO

Analizando o ensino escolar pode-se dizer que as necessidades educacionais especiais constituem um verdadeiro impasse devido a complexidade de se conceituar tal termo, já que este apresenta grande número de abordagens. Dessa maneira, torna-se complicado, também, definir um perfeito Atendimento Educacional Especializado. (SASSAKI, 1997)

Diante da preocupação do sistema educacional com relação à educação de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, o desenvolvimento deste trabalho pressupõe uma análise do processo educacional dos alunos que apresentam tais necessidades educacionais, bem como a compreensão das barreiras que dificultam o trabalho docente daqueles que atuam com esse público específico.

Uma questão que vem sendo muito discutida no Brasil, tanto por pedagogos como por psicólogos e educadores, é a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. De acordo com a Declaração de Salamanca, a qual é resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha em 1994, o princípio básico da inclusão escolar, consiste em que as escolas reconheçam as diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos (UNESCO apud MENDES, 2002).

Porém, no que se refere a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, existem ainda inúmeras dificuldades, especialmente em relação ao desenvolvimento da aprendizagem, o que demanda a adoção de políticas públicas que atendam às necessidades dos professores e alunos, uma vez que o atendimento desses alunos precisa ser realizado em um ambiente propício que estimule o desenvolvimento e a aprendizagem de novas habilidades possibilitando a sua inserção e convívio com a sociedade.



Sendo assim, torna-se necessário o desenvolvimento de estudos que propiciem uma abordagem acerca das barreiras que dificultam o processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, vislumbrando-se conhecer o perfil desses alunos e suas patologias, de modo que os professores se tornem mais aptos a lidarem com tais situações, adquirindo uma melhor capacidade de prestar serviços educacionais propiciando, assim, uma maior interação entre os alunos, o que facilitará o processo de inclusão.

A Inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais é um tema que vem causando muita polêmica nas escolas públicas. São fatores que necessitam de um trabalho compartilhado entre os profissionais da educação que vai além do trabalho de Orientação Educacional e Psicopedagogia. É preciso pesquisar de que vem acontecendo a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do Estado de Goiás, no município de Luziânia-GO, bem como compreender como ocorre o atendimento às suas necessidades e especificidades

### 1.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar o perfil dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, no Colégio Estadual Dona Torinha e no Colégio Estadual Padre Bazon, no município de Luziânia-GO.

### 1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais problemas na inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas;
- Identificar as principais dificuldades dos professores, diretores e orientadores educacionais na inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

- Realizar um levantamento das principais deficiências e suas causas nos alunos portadores de necessidades educacionais especiais no Colégio Estadual Dona Torinha e no Colégio Estadual Padre Bazzon.
- Descrever as principais necessidades educacionais apresentadas pelos alunos inclusos nas escolas estudadas.
- Traçar um paralelo entre as condições de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais no Colégio Estadual Dona Torinha e no Colégio Estadual Padre Bazzon.

### 1.3. JUSTIFICATIVA

Para iniciar a jornada de inclusão, o primeiro passo a ser dado é inserir os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, entretanto tal inserção deve ser seguida de medidas pedagógicas que garantam o acesso à prática, sendo necessário descobrir meios para a permanência do aluno na escola, o que irá favorecer-lhe o acesso ao currículo (CARMO 2001).

Os procedimentos de adaptações curriculares devem ser definidos de acordo com um conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos.

É necessário, portanto, fazer uma reflexão acerca da educação da pessoa com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular, abordando os elementos e as características que dificultam o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, possibilitando oportunidades de ampliar suas expectativas quanto as realizações que se tornam alcançáveis diante de uma formação educacional adequada às suas especificidades.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais, historicamente vistos como doentes e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 2001) são alunos portadores de necessidades educacionais especiais detectáveis que precisam ser incluídos nas diversas áreas educacionais, políticas e sociais. São crianças, adolescentes, jovens e adultos que possuem características próprias, com interesses e habilidades, bem como o direito ao acesso às suas necessidades de aprendizagem para desfrutarem dos seus direitos de cidadão inclusive socialmente.

A educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas (BRASIL: LDBEN, 2001).

É preciso, segundo Carvalho e Maciel (2003), “identificar as limitações pessoais, a fim de desenvolver um perfil de apoio adequado”, que se aplique ao desenvolvimento humano, ao ensino e educação, à vida doméstica e comunitária, mas principalmente ao comportamento e à vida social, objetivando garantir principalmente a sua autonomia.

No que se refere à educação para portadores de deficiência Amiralian *et al* (2000) acreditam que um processo de reabilitação deve ser orientado no sentido de habilitar uma pessoa deficiente a alcançar um nível de funcionamento mental, físico

e/ou social mais favorável” (2000, p. 99), oferecendo recursos para compensar as perdas causadas pela deficiência, permitindo ao indivíduo superar suas limitações funcionais e facilitando seu ajustamento social.

Toda pessoa tem o direito fundamental a educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Os currículos devem ser adaptados as necessidades dos alunos e não o inverso. Tudo isso, hoje, é muito bem divulgado, por outro lado à inclusão vem acontecendo, de forma equivocada, as escolas não estão preparadas para receber alunos portadores de necessidades educacionais especiais, os profissionais estão sendo orientados para conduzir uma sala com alunos inclusos mas não estão sendo capacitados adequadamente para trabalhar em salas com portadores de necessidades educacionais especiais.

## **2.1. A INCLUSÃO ESCOLAR E A LEGISLAÇÃO**

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, afirma o princípio da não-discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação (UNESCO, apud MENDES, 2002). Em 21 de abril de 1959, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, assegurando, no seu Princípio 7º, o direito à educação gratuita e obrigatória, ao menos em nível elementar.

Além do desenvolvimento de suas faculdades, de seu juízo pessoal e do sentido da responsabilidade moral e social, outro objetivo desse princípio da declaração dos direitos da criança a uma participação útil na sociedade. Diante desse texto consagrado internacionalmente, houve grandes esforços, realizados por países do mundo inteiro, no sentido de assegurar a todos o direito à educação.

A partir da LDB nº 4.024/61, a política nacional de educação surge a recomendação de integrar no sistema geral de ensino a educação de excepcionais, como eram chamados na época, as pessoas deficientes. Nas duas últimas décadas, registram-se consideráveis avanços na conquista da igualdade e do exercício desse

direito. Nesta perspectiva, as constituições brasileiras de 1967 e 1969 também levaram em consideração os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Declaração dos Direitos da Criança.

No âmbito legal merecem destaque: Lei 5.692/71, das Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, que no Art. 9 confere destaque ao atendimento a deficientes e a superdotados. A partir desse período, a deficiência intelectual que era apontada como falta de desenvolvimento encefálico, de origem congênita, passou a ser identificada pelo atraso no desenvolvimento dos processos cognitivos, abrindo espaço para questões subjetivas pautadas na diversidade de causas. Ganham força, portanto, os serviços de atendimento especializado, com o objetivo de atender de maneira mais sucinta às necessidades específicas de cada indivíduo.

No aspecto técnico-científico, a questão das pessoas com deficiência ganhou relevância internacional em 1981, o ano a elas dedicado. Conforme a Política Nacional de Educação Especial: “No Brasil, além de um congresso nacional, que possibilitou trocas de experiências entre diversos países, inúmeras outras ações foram desde então desencadeadas, em atenção aos direitos e deveres dessas pessoas”. (Brasil, MEC: 1994).

A Constituição Federal de 1988, que no Art. 208, inciso III, garante o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências em igualdade de condições como qualquer outro aluno (BRASIL, 2000). Além deste inciso, todo o texto da Carta Magna aplica-se às pessoas com necessidades educativas, o que é compatível com o ideário de democracia.

O nosso atual texto constitucional igualmente consagra, no art. 205, “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família”. No art. 206, podemos destacar princípios eminentemente democráticos, cujo sentido é nortear a educação, tais como: “a igualdade de condições não só para o acesso, mas também, para a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas; a existência de ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 2000). A partir desses dispositivos legais, deve-se pressupor que é o sistema educacional como um todo que deve assumir a

responsabilidade de dar uma resposta diante desses objetivos e não uma parte dela, Educação Especial.

Cabe ressaltar que as linhas mestras estabelecidas pela Constituição foram regulamentadas em seus mínimos detalhes pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96. É importante registrar que, no período entre a promulgação da nossa Constituição e da Lei nº 9.394/96, houve um momento histórico internacional no campo da educação: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990.

Constitucionalmente, sabe-se que as crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais têm esses direitos garantidos, uma vez que todos os textos legais analisados até agora afirmam o princípio da não-discriminação. Existem ainda vários outros dispositivos legais que reafirmam os direitos dessas pessoas.

O Artigo 5º da Declaração dos Direitos da Criança garante à pessoa com deficiência o recebimento de educação, tratamento e cuidados especiais. No mesmo sentido, a Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 208, inciso III, garante as pessoas com necessidades educativas especiais “atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2000). Este direito, também é reiterado no Art. 54, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de julho de 1990). Da mesma forma, o Plano Decenal de Educação para Todos (MEC – 1993/2003), em seu capítulo II, C, ação 7ª, prevê a inclusão à escola de crianças e jovens com alguma deficiência.

Na esteira desta conferência, aconteceu em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que reuniu delegados de 92 países e 25 organizações internacionais. Essa conferência teve o objetivo de promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades educativas especiais.

Foi aprovada nessa conferência a Declaração de Salamanca, cujos princípios das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância de “escolas para todos” e a formação dos professores. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), traça linhas de ação para a inclusão. Sendo a inclusão entendida como modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento e exerçam sua cidadania. A inclusão de crianças com deficiência deverá fazer dos planos nacionais de educação para todos.

Dessa forma, os aspectos políticos-ideológicos presentes nos princípios desta declaração têm, como pano de fundo, a perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos têm direito à participação na sociedade, em busca da realização do mais alto nível de democracia.

Já a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, segundo Carneiro (1998) apresenta características básicas de flexibilidade, além de algumas inovações que em muito favorecem o aluno com necessidades educativas especiais. Pela primeira vez surge em uma LDB um capítulo (Cap. V) destinado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais: garantia de matrícula para alunos com necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 58); criação de serviços de apoio especializados, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial (Art. 58, §1º); oferta de Educação Especial durante a educação infantil (Art. 58, §3º); especialização de professores (Art. 59. III). Muito importante, também, é o compromisso do poder público de ampliar o atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública de ensino (Art. 30, parágrafo único).

Assim, uma vez que todos estes textos legais permitem uma base para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, sem discriminação, torna-se evidente a necessidade da sua aplicação, com urgência. Tal urgência deve-se ao fato de que ainda hoje, no Brasil, apenas cerca de 3% da população de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais têm acesso e permanência na escola.

Apoiando-se no documento “Política Nacional de Educação Especial” precisamente na questão da Revisão Conceitual, vê-se que Normalização é:

Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar a pessoa, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhantes possível às formas e condições de vida do resto da sociedade. (BRASIL, 1994, p. 22)

Nesse sentido, a compreensão do princípio da normalização possibilita que o atendimento às pessoas com deficiência intelectual, trate esses indivíduos com condições especiais, porém oferecendo-lhes condições semelhantes de modo que suas condições de vida possam aproximar-se da normalidade.

Temos como pressuposto que a integração está estritamente vinculada à interação! E que esta favorece o convívio da pessoa com necessidades especiais com seus pares não-deficientes nos diversos segmentos de sua comunidade. É preciso fazer valer seus direitos e a efetivação de práticas que contribuam e possibilitem a sua participação no ambiente de sua cultura. Falvey (1990) define “a integração como um processo natural, mas as práticas segregativas já incorporadas pela sociedade funcionam como impedimentos da interação do diferente à sociedade”.

Diante de tais considerações, pode-se entender que o princípio de normalização diz respeito a um encaminhamento seletivo do aluno com necessidades especiais na sala do ensino regular. Em consequência desse processo, o professor da sala de ensino regular não recebe apoio pedagógico do professor da área de educação especial, e o aluno, por sua vez, deverá demonstrar que é capaz de freqüentar a classe de ensino regular.

## **2.2. O ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

O desconhecimento e a falta de informações acerca das necessidades educacionais especiais, ainda nos dias atuais, infelizmente, geram visões distorcidas



a respeito dessas deficiências, o que associado ao preconceito e à falta de recursos adequados para um efetivo trabalho especializado, segundo Jurdi (2004), traz dificuldades para as escolas no atendimento à alunos com necessidades educacionais especiais, dificultando o desenvolvimento da aprendizagem.

Esta realidade imputa ao aluno com necessidades educacionais especiais, desde a total condição de criança, incapaz, apática, excepcional, especial, doente, “louca”, sexualmente perigosa, escolhida por Deus, etc. Muitos destes mitos, porém, já foram quebrados, atualmente encontramos pessoas com as mais distintas deficiências nas escolas regulares, no mercado de trabalho, ou ainda, sendo campeãs nos esportes e destaques em outras áreas, como no ballet, artesanato, enfim, em diversas modalidades ligadas às artes, dentre outros.

É necessário que as entidades, associações e profissionais que lidam com as pessoas com necessidades educacionais especiais, trabalhem de modo a apresentar para estas pessoas uma autoimagem positiva de si mesmas, substituindo temores, preconceitos e permitindo que a sociedade as veja como, seres humanos como quaisquer outros, nas suas necessidades e sentimentos. Pessoas que podem aproveitar o que a vida oferece e trazer felicidade para aqueles que as conhecem, que com ajuda adequada, podem crescer em habilidades e fazer as suas próprias contribuições para a família e a comunidade. Seres humanos que merecem o mesmo respeito que qualquer outro ser humano.

A criança com necessidades educacionais especiais é intrinsecamente uma criança cuja natureza deve ser respeitada. O conjunto das suas características de aprendizagem deve ser criteriosa e profundamente estudado, a fim de adequar o ensino às suas capacidades potenciais.

A Educação Especial, em suma, não pode ser uma educação desigual encarada à parte da educação regular, ao contrário, deve desenvolver-se através de uma prática pedagógica diferenciada que proporcione aos seus alunos a possibilidade de construir uma aprendizagem significativa, visando principalmente a superação de suas dificuldades e a satisfação de suas necessidades, de acordo sempre com as suas potencialidades.

Sendo assim, continuar com a proliferação de serviços, de estrutura, de equipamentos, de professores, sem uma preocupação com a qualidade destes só torna a Educação Especial mais burocrática e dispendiosa. É preciso, portanto, garantir que todos esses elementos da educação especial sejam utilizados com caráter de especialidades, de modo que possibilitem o desenvolvimento dessa aprendizagem por parte do aluno com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, é importante compreender o que vem a ser o atendimento especializado, aos alunos com necessidades educacionais especiais, que assim como outros tipos de deficiência requerem algum tipo de recursos pedagógicos ou metodologias didáticas específicos, que, no entanto não podem limitar-se às atividades curriculares.

Nesse sentido, Mazzotta (2005) afirma que:

Ao definir as modalidades de atendimento educacional como alternativas de procedimentos específicos e adequados às necessidades educativas do alunado da educação especial e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados, o que revela uma visão reducionista que restringe o trabalho educacional aos procedimentos didáticos, esquecendo-se dos demais aspectos envolvidos na organização do ensino.

Ao tratarmos da educação especial, no que se refere ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, devemos considerar não somente as metodologias e os recursos didáticos a serem aplicados nesse processo de ensino; mas devemos antes de tudo considerar a qualidade do atendimento a ser oferecido à esses alunos, preocupando-se com a formação integral desses indivíduos, levando-se em conta os outros aspectos da sua formação, tais como sua interação social e a sua autonomia. É importante considerar que a aprendizagem, quando se fala em alunos com deficiência intelectual, passa por aspectos como o desenvolvimento da personalidade e a capacidade de se expressar.

Ao longo da história, o ensino especial no Brasil se multiplicou com o aumento de escolas especiais que sempre dispuseram de programas e currículos próprios, além de técnicos e profissionais especialistas que eram responsáveis por cuidar das pessoas com deficiências, preocupando-se mais com seus aspectos clínicos e terapêuticos do que com a sua condição de aprendizagem e

desenvolvimento. O que evidencia o caráter assistencialista que predominou o ensino especial no Brasil ao longo dos anos, mas que segundo Poletto (2007) tem se modificado ao longo dos anos, direcionando a escolarização da criança com deficiência visando sua autonomia, desenvolvimento de potencialidades e construção da cidadania.

A partir da Declaração de Salamanca, Espanha, em 1994, elaborada a partir de uma conferência de nações, sob o patrocínio da UNESCO, surgem novas propostas para o atendimento à alunos portadores de deficiências, cujas linhas de ação visam ao seguinte universo conceitual:

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (UNESCO, 1994)

Observa-se, nesse conceito, que ocorre uma mudança de foco, que deixa de dar importância à deficiência e passa a desenvolver um trabalho centrado no aluno e no êxito do processo ensino-aprendizagem, para o qual o meio ambiente deve ser adaptado às necessidades específicas do educando, tanto no contexto escolar, familiar, como no comunitário.

No âmbito da Educação do aluno com necessidades educacionais especiais, assim como no ensino regular, um dos principais componentes do processo é sem dúvida o profissional que lida diretamente com o atendimento aos alunos, ou seja, aquele que realiza o trabalho de mediação da aprendizagem. Sendo assim, torna-se necessário que esse profissional tenha uma formação adequada ao tipo de serviço que pretende prestar, de modo a garantir que o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem seja mediado por um facilitador da aprendizagem.

### **3 – METODOLOGIA**

#### **3.1. TIPO DE PESQUISA**

O presente trabalho se desenvolve por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter interpretativo, enfatizando a descrição do fenômeno da educação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, visando compreender o processo segundo o qual se desenvolve o ensino especial em duas escolas da rede estadual do município de Luziânia.

No campo da educação, a pesquisa qualitativa tem sido utilizada com bastante intensidade, uma vez que é uma fonte direta de dados, sendo que o pesquisador tem contato direto com o objeto, que tem maior relevância no processo, ao invés de se prender em dados quantitativos, estando relacionada na compreensão de fatores relacionados às interações cotidianas do ambiente escolar.

Segundo Demo (2001) na pesquisa qualitativa, o pesquisador estabelece uma relação com o objeto, buscando na profundidade do fenômeno, as explicações para os problemas inicialmente levantados. Nesse sentido, de acordo com Matos (2000) a pesquisa social ou interpretativa compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, de um grupo em particular.

#### **3.2 . PROCEDIMENTOS DE COLETA**

Um dos pressupostos da pesquisa é que nenhum dos documentos pesquisados representa necessariamente o real, mas parte dele, “tendo sido produzidos segundo determinados interesses e valores” (VIEIRA, 1998). Na medida em que a pesquisa se avança, fica claro que esse conjunto de documentos constitui um corpus com pertinência, ou seja, adequado com fonte de informação, com total correspondência com o objeto deste trabalho.

Os dados coletados estão direcionados à formação acadêmica e continuada em relação à área da educação especial, bem como com que recursos eles obtêm

essa formação (particular ou órgão empregador), assim como também busca saber destes o conhecimento que possuem com relação à Educação Especial, preferencialmente no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais.

O intuito dessa organização do estudo é de destacar o que se vislumbra na teoria, fazendo uma evolução histórica de direitos e conquistas, bem como citar conceitos e filosofias apontados pela legislação vigente, para depois ressaltar como acontece na prática do atendimento na escola e as condições qualitativas que essa o pode fazer de acordo com as estruturas materiais, humanas e financeiras disponível.

### **3.2.1. Instrumentos**

Foi solicitado aos educadores, por meio de uma entrevista semi-estruturada, um parecer com relação ao Perfil do alunos portadores de necessidades educacionais especiais atendidos em duas escolas públicas da rede estadual no município de Luziânia-GO, buscando identificar as principais deficiências encontradas entre os alunos com necessidades educacionais especiais.

Na reflexão sobre a questão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, através de análise de dados colhido em entrevista com os professores, refletindo sobre alguns pontos que são tidos pelos estudos realizados, com pré-requisitos para uma escola inclusiva e principalmente voltada ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais tanto no Colégio Estadual Dona Torinha quanto no Colégio Estadual Padre José Bazzon de Luziânia-GO.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada uma pesquisa em dois colégios públicos da rede estadual de Luziânia-GO, o Colégio Estadual Dona Torinha e o Colégio Estadual Padre José Bazzon, obtendo dados referentes ao perfil dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas referidas escolas.

Ao visitar as escolas foi possível perceber a falta de recursos, profissionais despreparados, falta de espaço físico, falta de apoio de profissionais da área, salas de aulas lotadas, alunos perdidos a ver navios, porque não conseguem socializar com as demais crianças, ditas como bobos e muitos outros casos, falta de projetos pedagógicos, pais ausentes da vida escolar do filho, sem informações, enfim, confirmou-se o que já não era novidade, um amontoado de descasos e abandono das escolas públicas na inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Estas escolas vêm recebendo alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sem condições, nem respeito a legislação que garanta esses alunos o direito de igualdade. São depositadas nas escolas sob os cuidados de profissionais despreparados, as escolas não recebem adequações nas estruturas para garantir o direito de ir e vir desses alunos nas suas condições. Além disso, precisa-se de profissionais de educação responsáveis e competentes não só do ponto de vista pedagógico, mas também que não sejam desvinculados dos condicionamentos político-sociais em prol do atendimento à crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

Os alunos são matriculados nas escolas regulares sem diagnósticos ou acompanhamento de profissionais competentes, professores e funcionários das escolas, é que às vezes partem em busca de cursos no Distrito Federal, ou informações em outras escolas que já trabalham com a inclusão. Percebe o quanto esses profissionais sofrem com a falta de treinamento e capacitação para trabalhar com alunos portadores de necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares superlotadas, sem materiais didáticos ou salas de apoio.

Ao entrevistar funcionários das escolas públicas pesquisadas foi possível perceber tanto o descontentamento quanto a falta de formação desses profissionais, que se acham como se estivesse com uma bomba para explodir a qualquer momento, muito deles são colocados para trabalhar com classes inclusivas, como forma de punição por não serem funcionários cumpridores dos seus deveres, encontram-se despreparados e sem compromisso com esses alunos.

A realização deste trabalho de pesquisa pretendia identificar como se dá a inclusão e a participação dos profissionais nas escolas, consideradas como classes regulares; como estão sendo abordados os problemas na inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais; com relação à questão dos erros e dos descasos que são tratados. Também existem diversas interpretações atribuídas ao fato da maioria das escolas não conhecerem o processo de inclusão. As escolas recebem os alunos, interpretando de forma generalizada como “deficientes”, que não encontram vagas em escolas especiais e precisam estudar, mas não conseguem conviver com os alunos ditos normais.

Conforme o levantamento realizado nesta pesquisa, no que se refere ao perfil dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais atendidos pelas escolas participantes do estudo, construíram-se as tabelas abaixo, nas quais são identificadas as principais necessidades atendidas.

Vale ressaltar que o Colégio Estadual Dona Torinha é uma escola pública localizada na região central de Luziânia, e atende um número aproximado de 900 alunos, e conta com um professor de apoio para prestar atendimento especializado para os alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados nesta unidade de ensino.

Já o Colégio estadual Padre Bazzon, também escola da rede estadual de Luziânia, está localizada em um bairro periférico do município onde atende aproximadamente 400 alunos e não possui professor de apoio para prestar atendimento especializado aos alunos inclusos, conforme a necessidade dos mesmos.

Tabela 1 - Perfil dos alunos atendidos no Colégio Estadual Dona Torinha

Deficiências	Quantidades de alunos	Sexo		Idade
		Feminino	Masculino	
Discalculia	1	1	0	12 anos
Dislexia	6	2	4	Entre 10 e 14 anos
Disgrafia	1	1	0	11 anos
TDAH	8	2	6	Entre 10 e 14 anos

Tabela 2 – Perfil dos alunos atendidos no Colégio Estadual Padre Bazzon

Deficiências	Quantidades de alunos	Sexo		Idade
		Feminino	Masculino	
Dislexia	4	1	3	Entre 10 e 14 anos
TDAH	7	2	5	Entre 10 e 14 anos

De acordo com a pesquisa realizada nos referidos colégios, a maioria dos alunos inclusos apresentam TDAH (Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade), onde existem 15 alunos com este transtorno sendo 8 no Colégio Dona Torinha e 7 no Colégio Padre Bazon, a maioria dos casos em crianças do sexo masculino; isso por vezes pode explicar a grande dificuldade dos professores em manter a atenção dos alunos, que as vezes são taxados de indisciplinados, principalmente pelo fato de que tais professores (na maioria das vezes) não estão aptos a lidar com alunos que apresentam esta especificidade, pois não tiveram nenhuma formação específica.



Tal distúrbio traz consigo sinais evidentes de inquietude, desatenção, falta de concentração e impulsividade. Hoje em dia é muito comum vermos crianças e adolescentes sendo rotulados como TDAH, porque apresentam alguma agitação, nervosismo e inquietação, fatores que podem advir de causas emocionais. É importante que esse diagnóstico seja feito por um médico e outros profissionais capacitados.

O transtorno do déficit de atenção com hiperatividade/impulsividade (TDAH) pode se apresentar de três formas distintas: com predomínio da desatenção, com predomínio da hiperatividade/impulsividade, ou com a combinação de ambos. O grau de atividade de um indivíduo caracteriza-se por seu comportamento motor e mental. Neste aspecto, estão incluídos os impulsos, motivações, desejos e especificamente atos. O comportamento motor e mental de um dado indivíduo pode ser adequado para a idade e a circunstância ambiental, ou não. Quando a atividade motora e mental é inadequada e excessiva, denomina-se de hiperatividade.

O tratamento do TDAH inclui orientação da família e da escola, um suporte com terapia especializada e uso de medicamentos. De uma maneira geral, os medicamentos não curam o TDAH, mas ajudam a normalizar os neurotransmissores durante o seu emprego. Desta forma, conseguimos diminuir as consequências negativas emocionais acadêmicas e sociais destes indivíduos (ARAÚJO, 2002).

Professores podem ser os mais importantes no processo de identificação e descoberta desses problemas, porém não possuem formação específica para fazer tais diagnósticos, que devem ser feitos por médicos, psicólogos e psicopedagogos. O papel do professor se restringe em observar o aluno e auxiliar o seu processo de aprendizagem, tornando as aulas mais motivadas e dinâmicas, não rotulando o aluno, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir suas potencialidades.

Em segundo lugar, nesta pesquisa, foram identificados uma maior quantidade de alunos que apresentam dislexia, sendo 10 alunos no total, dos quais seis encontram-se no colégio Dona Torinha, sendo que dessas seis crianças quatro são do sexo masculino; e quatro no colégio Padre Bazon, sendo três do sexo masculino.

Dislexia: é a dificuldade que aparece na leitura, impedindo o aluno de ser fluente, pois faz trocas ou omissões de letras, inverte sílabas, apresenta leitura lenta,

dá pulos de linhas ao ler um texto, etc. Estudiosos afirmam que sua causa vem de fatores genéticos (mutações) mas nada foi comprovado pela medicina (SILVA & SANTOS 2011).

Segundo Siqueira e Gurgel-Giannetti (2011):

A dislexia do desenvolvimento é uma condição crônica que se manifesta de forma heterogênea em um modelo dimensional (continuum). Apresenta origem neurobiológica com forte herança genética, mas é modulado por fatores ambientais. Várias pesquisas genéticas estão em andamento, pois a história familiar é considerada o mais importante fator de risco para dislexia. Já foram identificados nove regiões de genoma e seis candidatos a genes, porém não há um único gene responsável. (SIRQUEIRA E GURGEL-GIANNETTI, 2011)

Tal doença é um sério problema na conexão e interpretação das letras, o que dificulta o interesse dos alunos e dessa maneira preferem não se esforçar para aprenderem o conteúdo. Isso demonstra a importância da ajuda familiar e até mesmo psicológica, para que esses alunos possam entender o que realmente acontece e a partir disso, se interessarem em aprender.

A criança com dislexia, segundo Oliveira (1997), apresenta dificuldades para compreender o que está escrito e de escrever o que está pensando, dessa forma não consegue se expressar de forma correta, especialmente através da escrita mesmo tendo um desenvolvimento cognitivo e intelectual normal. No que diz respeito à aprendizagem, é possível afirmar que o aluno disléxico consegue aprender os conceitos em todas as disciplinas escolares, mas encontra dificuldades no momento de expressar esses conhecimentos.

A grande dificuldade de se lidar com uma criança dislexa é o ensinar a coerência das letras, conseqüentemente, o ensinar a interpretar as palavras, frases e textos para que ela consiga armazenar as informações.

O único caso de aluno com disgrafia foi encontrado no colégio Dona Torinha, tal criança tem muita dificuldade na escrita, às vezes até tenta se concentrar e escrever razoavelmente, mas logo se cansa, pois acaba ficando atrasada em relação aos colegas. Normalmente o aluno faz trocas e inversões de letras, conseqüentemente encontra dificuldade na escrita. Além disso, está associada a

letras mal traçadas e ilegíveis, letras muito próximas e desorganização ao produzir um texto.

Apenas uma aluna apresenta discalculia, sendo que tal criança estuda no colégio Dona Torinha. A discalculia se caracteriza por transtornos na aprendizagem de tudo o que se relaciona a números, como fazer operações matemáticas, fazer classificações, dificuldade em entender os conceitos matemáticos, a aplicação da matemática no cotidiano e na sequenciação numérica.

## CONCLUSÃO

Pode-se constatar, ao final da pesquisa, que na educação brasileira, tudo parece só funcionar muito bem no papel. Atualmente verifica-se um discurso favorável à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, não apenas no contexto escolar, mas em vários segmentos da nossa sociedade, mas ainda assim tais pessoas continuam vítimas de preconceito e estigma, por serem consideradas diferentes. Parece claro que as conquistas maiores em relação aos direitos das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais se deram mais no que diz respeito à elaboração de leis e normas do que na conscientização da população e na concretização de ações que de fato possibilitem a real inserção destas pessoas na sociedade.

No decorrer da realização do presente trabalho foi possível identificar que a inclusão não é apenas uma ideia ou mesmo uma meta que pode ser alcançada, mas uma jornada de toda a sociedade com um propósito: todos têm algo a aprender sobre ela. É necessário refletir acerca da proposta de um novo paradigma da inclusão escolar e o desafio de como e em que aspectos mudar a escola para que todas as crianças (e não apenas aquelas que têm deficiência) possam receber juntas uma educação de qualidade, resultante de novas abordagens e atitudes que ao mesmo tempo atendam às necessidades educacionais comuns e especiais de todos os alunos e estimulem o uso dos seus estilos individuais de aprendizagem.

Essas escolas podem servir como ponto de referências no sentido de estar desenvolvendo, juntas projetos que possam melhorar a qualidade de atendimento e o aprendizado dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Mas é preciso também regatar as famílias desses alunos tanto para a construção de situações de apoio psicológico quanto na orientação acerca dos direitos legais dos alunos com necessidades educacionais especiais.

É preciso transformar essa relação entre família e escola num instrumento de busca por oportunidades e tratamento adequado às crianças e suas necessidades, permitindo assim sua imersão num meio de inclusão para sua construção cognitiva e

desenvolvimento, oportunidades de crescimento da aprendizagem. As escolas inclusivas tem a função de romper esse círculo maligno de exclusão para prevenir as dificuldades de aprendizagens antes mesmo de elas surgirem. A educação precisa urgentemente de uma reforma planejada que garanta um espaço para todos com dignidade.

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar juntos, incondicionalmente, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais, com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, trata-se de um ideal que pressupõe um mundo mais justo e com igualdade de oportunidades.

O papel da escola diante do processo de inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais, enquanto instituição voltada para a formação de cidadãos autônomos sempre é questionado na medida em que as práticas pedagógicas desenvolvidas não atendem às necessidades dos alunos uma vez que apresentam necessidades distintas, e dessa forma, necessitam de atendimentos específicos.

Para atender à essa demanda, a escola precisa estar organizada de forma a suprir tais necessidades e anseios, então, a importância de se ter um trabalho estruturado e contínuo, tanto para a formação dos alunos como na preparação de seus professores visando o exercício de um trabalho pedagógico eficiente.

Sendo assim, deve-se possibilitar ao profissional um trabalho que valorize o potencial de cada aluno. Nesse contexto se faz necessária uma formação adequada do professor enquanto mediador do processo de aprendizagem significativa do aluno com necessidades educacionais especiais, e sua competência é a chave para fundamentar a qualidade da educação desse aluno, vislumbrando principalmente o desenvolvimento de suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRILIAN, Maria LT.; PINTO, Elizabeth B.; GHIRARDI, Maria IG.; MASINI, Elcie FS.; PASQUALIN, Luiz. **Conceituando deficiência**. Rev. Saúde Pública, 34, (1), 97-103, 2000. Disponível em: <[www.fsp.usp.br/rsp](http://www.fsp.usp.br/rsp)> Acessado em: 03 de outubro de 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC/CNE, 2001.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Especial. **Encaminhamento de Alunos do Ensino Regular para o Atendimento Especializado**. Brasília; MEC/SEESP, 1994.

CARMO, A.A. **Inclusão Escolar: roupa nova em corpo velho**. MEC/CNE, Revista Integ, 2001.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: Leitura Crítico-Compreensiva**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, E.N.S.; MACIEL, D.M.M.A. **Nova Concepção de Deficiência Mental segundo a American Association on Mental Retardation – AAMR: Sistema 2002**. Temas de Psicologia da SBP-2—3, Vol. 11, nº 2, 147-156. Disponível em: <<http://www.efadaptada.com.br/biblioteca/di/di3.pdf>> Acessado em: 06 de outubro de 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**, Campinas: Papirus, 2001.

FALVEY, M. **Community – casd curriculum: instrucional systrategies form students with severe handicaps**. Baltimore: Paul Brookes Publishing, 1990.

JURDI, Andrea Perosa Saigh. **O processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental: a atuação do terapeuta ocupacional**. Universidade de São Paulo. Tese de Mestrado em Psicologia. São Paulo: USP, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 2005.

POLETO, Nádia Aparecida. **Ressignificação do papel da escola especial e do professor especialista itinerante frente à inclusão educacional da criança com deficiência intelectual**. Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1069-4.pdf>> Acessado em: 10 de outubro de 2012.

SILVA, P. A.; SANTOS, F.H. **Discalculia do Desenvolvimento: Avaliação da Representação Numérica pela ZAREKI-R1**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 27, 2011.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIQUEIRA, C.M., GURGEL-GIANNETTI, J. **Mau desempenho escolar: uma visão atual**. Rev Assoc Med Bras, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

MENDES, Enicéia G.; RODRIGUES, Olga Maria P. R.; CAPELLINI, Vera Luzia M. F. **O que a comunidade quer saber sobre a Educação Inclusiva**. Ver. Bras. Ed. Esp., Marília-SP, jul-dez. 2003, v. 9, n. 3, p. 181-194.

VIEIRA, Sonia. **A ética e a metodologia**. São Paulo: Pioneira, 1998.

## ANEXO I

### **Roteiro para pesquisa de campo:**

1. De que forma vem acontecendo a inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas públicas?
2. Quais os entraves encontrados na inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?
3. As escolas estão preparadas para realizar esse trabalho de inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?
4. Qual a participação dos familiares dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas?
5. O que vem sendo desenvolvido em sala de aula para adaptação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais?
6. Em que o profissional da educação pode contribuir para viabilizar a inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais?
7. Como a proposta pedagógica da escola contempla a inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais? Em que aspectos?
8. Como é a relação dos outros alunos com os portadores de necessidades educacionais especiais?
9. Quais as principais dificuldades dos professores junto aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?